

LEVANTAMENTO DAS INTERCORRÊNCIAS À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINS

SURVEY OF INTERCORRENCES TO THE HEALTH OF PROFESSIONALS OF THE BASIC EDUCATION OF A PUBLIC SCHOOL OF AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINS

Milka Brasil Costa Sousa 1
Quésia Postigo Kamimura 2
Adriana Leônidas de Oliveira 3
Marilsa de Sá Rodrigues 4

Resumo: No ambiente de trabalho existem diversos determinantes interferentes à saúde do trabalhador. Estes são potenciais condicionantes ao enfrentamento de morbidades e adversidades ocupacionais, sendo o trabalhador da educação veemente associado a essa problemática. O artigo objetiva evidenciar as principais intercorrências acometidas à saúde dos profissionais da educação básica de uma escola pública de Augustinópolis, TO. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e de cunho documental, que utilizou os dados do relatório anual de atestados médicos dos servidores de janeiro a fevereiro de 2019 da instituição estudada. A pesquisa mostrou que aproximadamente 50% dos profissionais foram submetidos a algum tipo de assistência médica, destes, 68,87% eram professores e 31,03% profissionais do setor administrativo. Diante dos resultados considera-se fundamental a implementação de políticas assíduas voltadas à saúde dos profissionais da educação, bem como a sensibilização dos atores sociais e políticos na reversão do cenário no qual a educação debruça-se.

Palavras-Chave: Profissional da Educação. Saúde do Trabalhador. Desenvolvimento.

Abstract: In the work environment there are several determinants that interfere with the worker's health. These are potential conditioning factors for coping with occupational morbidities and adversities, and the education worker is strongly associated with this problem. The article aims to highlight the main complications to the health of professionals in basic education in a public school in Augustinópolis, TO. It is a descriptive research, with a quantitative approach and of a documentary nature, which used data from the annual report of medical certificates of the employees from January to February 2019 of the studied institution. The survey showed that approximately 50% of the professionals were submitted to some type of medical assistance, of which 68.87% were professors and 31.03% professionals from the administrative sector. In view of the results, it is considered essential to implement assiduous policies aimed at the health of education professionals, as well as to raise awareness among social and political actors in reversing the scenario in which education focuses.

Keywords: Education Professional. Occupational Health. Development.

- 1 Graduada em Enfermagem. Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia pela Faculdade Única (FUNIP). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Araguatins-FAIARA e Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Docente da Curso de Enfermagem da Faculdade de Imperatriz (FACIMP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2529076938195266>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7619-4927>. E-mail: milkaenfer@hotmail.com
- 2 Graduada em Ciências Econômicas. Pós- doutora e Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).e Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Docente do programa de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela UNITAU. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7058502976831665>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9270-4010>. E-mail: qkamimura@gmail.com
- 3 Graduada em Psicologia. Pós- doutora em Administração pela Fundação de Getúlio Vargas- Escola de Administração de Empresas de São Paulo- FGV/EAESP, Doutora e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Especialista em Psicomotricidade e Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Docente do programa de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela UNITAU. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8896115870139370>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2002-1012/print>. E-mail: adrianaleonidas@uol
- 4 Graduada em Psicologia. Doutora e Mestre em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Gerencia de Treinamento pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Psicologia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras (FSFCL). Docente do programa de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela UNITAU. E-mail: marilsasarodrigues@outlook.com

Introdução

No ambiente de trabalho existem diversos determinantes interferentes à saúde do trabalhador. Estes são potenciais condicionantes ao enfrentamento de morbidades e adversidades ocupacionais. Esse cenário encontra-se veemente relacionado à saúde do trabalhador da educação, que convive cotidianamente em um ambiente conflitante, sendo vitimizado no surgimento de doenças e acidentes laborais (WEBBER; VERGANI, 2010).

A incidência de problemas associados à saúde do profissional da educação é um impasse que se estabelece tanto no início quanto no final do trajeto ocupacional, tornando habitual o enfrentamento de doenças físicas, psíquicas e emocionais vivenciada por esses profissionais. Evidentemente que com a força do mercado capitalista e o pensamento produtivista, o exercício da educação tornou-se uma prática massiva que prima resultados e quantifica suas metas para o então mérito e reconhecimento profissional (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Assim, a frequente desvalorização profissional, frente a baixa remuneração salarial, o desabono social, a desconformidade profissional, o sobre-esforço, a intensa jornada de trabalho e a exigência extrema são alguns dos muitos problemas que suscitam no adoecimento e desmotivação de professores (LAROCCA; GIRARDI, 2011). Desse modo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao analisar as profissões de alto risco, coloca na segunda posição do *ranking* a nível mundial os profissionais da educação (VASCONCELLOS, 1977, *apud* BATISTA *et al.*, 2010).

Nesse sentido, ao se evidenciar os diversos problemas apresentados pela literatura relacionados às práticas laborais desses profissionais, a presente pesquisa busca evidenciar as principais intercorrências acometidas à saúde dos profissionais da educação básica de uma escola pública de Augustinópolis, Tocantins. Para tanto, os objetivos específicos concentram-se em verificar as principais doenças vivenciadas pelos profissionais da educação; e averiguar a categoria profissional que mais apresenta intercorrência em saúde.

Estudos dessa natureza justificam-se pela importância na abordagem sobre a saúde do trabalhador na área da educação, num olhar sob a saúde pública na busca de proteger e garantir os direitos e as melhores condições de vida no trabalho, e por conseguinte, a saúde do trabalhador e as mazelas advindas do trabalho na garantia de condições dignas para o desenvolvimento humano.

Assim, considera-se que o estudo possa contribuir para o melhor entendimento da saúde e trabalho voltado aos profissionais da educação, considerando o contexto de vulnerabilidade desses profissionais e sua imensurável importância para a educação, logo, a análise sobre a ótica municipal pode ser instrumento potencial para diagnóstico na compreensão sobre as condições em que se encontram a saúde desses trabalhadores, corroborando posteriormente para melhoria nas políticas adotadas a promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como a própria educação, já que quanto melhores forem as condições para o ofício da educação, entende-se que melhores também serão os reflexos por ela (educação) impostos.

A saúde do profissional da educação: aspectos relacionados ao trabalho

A educação é um evento que compreende indivíduos em seções desiguais de saberes que em conjunto propõe-se partilhar de seus conhecimentos para um bem comum. A educação escolar, por sua vez, debruça-se em um ambiente gerencial de um ou mais indivíduos, comprometendo-se em direcionar a construção teórica e prática sobre as vertentes cognitivas, sociais, morais e afetivas. Nesse cenário o professor é o principal intermediador para essa construção, fato que estima a compreensão das circunstâncias nas quais as condições desse trabalho são propagadas na identidade, na formação, na carreira profissional e na qualidade da educação (GATTI, 2016).

Nesse cenário, percebe-se que a educação é uma ferramenta propulsora para o desenvolvimento humano, e exatamente nesse princípio a Constituição Federal de 1988 no art. 205 pontua que “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação profissional” (BRASIL, 1988, sn), o que representa um grande marco para a universalização da educação no Brasil. No entanto, esse processo decorrente da década de noventa traz reflexos hodiernos as condições de trabalhos enfrentadas pelos professores, haja visto que apesar dos imensuráveis benefícios pertencentes a universalização, a sua reprodução impactou e permanece impactando a força de trabalho dos profissionais da educação, tornando cada vez mais comum o adoecimento em virtude das condições de trabalho (GOUVÊA, 2016).

A saúde do profissional da educação tem sido pauta de diversas discussões, pois além de ser frequentemente comprometida pelas atividades ocupacionais, é influenciada pelo arcabouço geral da educação e sua qualidade, isso significa dizer que entre a saúde dos profissionais e a qualidade da educação há um espelho que reflete os benefícios e impasses de uma relação mútua e indissociável.

Ferreira e Ferreira Junior (2012) descrevem que a qualidade da educação está diretamente interligada às condições de trabalho relacionadas as políticas de financiamento, as atividades da gestão escolar, ao currículo e principalmente ao reconhecimento profissional, no que concerne uma remuneração digna, plano de carreira, jornada de trabalho, circunstâncias oferecidas para prática do exercício e o direito/acesso a manutenção da saúde.

A prática profissional voltada à educação tem exibido uma defasagem nas condições de trabalho, devido à sobrecarga de responsabilidades, acarretando uma maior pressão e sobre-esforço das atividades (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005). Por conseguinte, há um comprometimento das condições de saúde desses profissionais devido à intensa e extensa rotina de trabalho, desencadeando exaustão emocional e física, interferido diretamente na qualidade de vida dos mesmos. As condições de trabalho inadequadas e inconsistentes são potenciais determinantes na realidade vivenciada pelos profissionais da educação, principalmente dos professores (SILVA; GUILLO, 2015).

A prática docente tem sido circunscrita por desafios diversos em decorrências dos arranjos e transformações próprias ao mundo do trabalho. Essa condição se discorre até o atual momento sustentada em múltiplas exigências na ideia do que seja o ofício do professor, contudo, à medida que se estabelecem as exigências se acrescem os problemas enfrentados a saúde mental e física vivenciadas por estes profissionais (CRUZ *et al.*, 2010).

O “mal-estar” entre professores tem sido discutido por muitos anos, todavia, tem sido também negligenciado. Essa expressão é a mais nítida forma de dizer que existem problemas e que eles precisam ser enxergados e solucionados, no entanto, os próprios profissionais que vivenciam esse mal desconhecem seus reais motivos, tampouco buscam soluções. Essa realidade não só acentuam os problemas a saúde destes como repercute na qualidade do ensino, já que corrobora com o absenteísmo, diminui a eficiência do ensino e sobretudo afeta na qualidade de vida do educador (PEREIRA, 2007, *apud* SANTANA; NEVES, 2017).

Apesar do acentuado número de profissionais da educação afastados por problemas de saúde inerentes ao trabalho, esse cenário se conserva, sendo cada vez mais frequente a contestação de gestores dos serviços de educação devido à ausência dos profissionais enfermos (FERREIRA; FERREIRA JUNIOR, 2012).

Por outro lado, nem sempre há o necessário reconhecimento pelos peritos e/ou gestores quanto ao adoecimento desses profissionais em decorrência as suas reais condições de trabalho (ROCHA, 2019). À medida que os profissionais da educação são desassistidos em suas necessidades e negligenciados seus direitos se acrescem as os agravos as suas condições de vida.

Na pesquisa de Silva e Guillo (2015), se observa os diversos problemas que interferem na qualidade de vida dos docentes, sendo os mais comuns: estresse, doenças psicológicas emocionais (crise de pânico, angústia, depressão e nervosismo), comprometimento da voz, afecções musculoesqueléticas (dores dorsais lombares, dores em membros inferiores e superiores), afecções psicossomáticas, afecções gastrointestinais, enxaqueca e afecções cardiovasculares.

Além disso, muito se tem discutido sobre a síndrome de *burnout*, uma doença que está fortemente relacionada a prática profissional do docente, o fato é que o mal-estar permanente desencadeia uma serie de estresses, o que leva ao esgotamento mental e físico. Essa exaustão somada à grande demanda de trabalho e as exigências provenientes a esse suscita na síndrome.

Burnout é uma aflição ocupacional frente ao impasse entre o que se é capaz e o que se consegue exercer, um empecilho que desencadeia dor e angústia, o que por vezes resulta na desistência da profissão (SILVA, 2011).

O *Burnout* é um fenômeno psicossocial relacionado ao contexto laboral e que acomete trabalhadores que desenvolvem suas atividades de forma direta e emocional com público. *Burnout* se constitui de três dimensões, exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional (CARLOTO; CÂMARA, 2007, p.202).

Os autores acima mencionados destacam os impactos causados à saúde por *Burnout*, e referem que por muitos a síndrome é tida como “mero” estresse ou desprazer, apesar de que os impactos causados por ela sejam intensos e amplos, sendo determinados por diversos fatores causais.

Concordando, Batista *et al.* (2010) afirmam que essa síndrome merece uma atenção especial na abordagem a saúde do trabalhador da educação, já que os problemas mais recorrentes nesse grupo são os psicológicos e *Burnout* destaca-se entre os habituais encontrados. Ademais, vale destacar que apesar da síndrome ter ganhando maior visibilidade nos últimos anos, muito possivelmente esteja associada ao trabalhador da educação desde quando a profissão se relacionou mais fortemente com os aspectos sociais, econômicos e psíquicos.

Nesse sentido, Marchetti, Busnello e Klohs (2016) ao observarem os agravos a saúde dos docentes referente ao trabalho, constataram a relação com as atividades funcionais (doenças do sistema digestivo, cardiovascular, nervoso, endócrino, genital, urinário, muscular, esquelético, lesão por esforço repetitivo e nódulos nas cordas vocais); atividade social (síndrome de *Burnout* e diminuição da qualidade de vida); atividade psicológica (transtornos, depressão, estresse e a síndrome de *Burnout*).

Identifica-se uma semelhança entre as doenças listadas pelos autores, outro caso curioso é que *Burnout* está incluso entre as principais alterações das capacidades sociais e psicológicas, justificando sua tamanha gravidade. Batista *et al.* (2010), ressaltam que é preciso um olhar mais cauteloso para as condições de saúde dos trabalhadores da educação, sendo fundamental sua compreensão para implementação de ações e/ou políticas que promovam e previnam o comprometimento da saúde e a qualidade de vida.

Os efeitos do mal-estar nos docentes são comprometedores não só no bem-estar profissional, mas na qualidade da educação. A permanência desse cenário incongruente pode inclusive incidir em uma redução gradativa de interesse para vivência da profissão. As consequências disso, podem ser notadas na falência do sistema pelo desinteresse dos profissionais que desempenham a profissão, e que se esgotam em exercê-la, persistindo nela por não disporem de outras oportunidades, prejudicando sua saúde e seu bem-estar (SILVA, 2011).

Assim, torna-se pertinente compreender os impasses do ambiente educacional voltados a saúde do trabalhador, Valle e Campos (2017) ressaltam a necessidade de um acompanhamento frequente dos educadores por profissionais habilitados em proporcionar melhores condições de saúde, como também a exequibilidade de suas atividades sobre as condições ideais de trabalho, já que problemas ocupacionais podem ser evitáveis e/ou minimizados desde que as condições para isso sejam oferecidas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa de cunho documental, realizada no município de Augustinópolis, Tocantins, Brasil.

A pesquisa foi realizada no município de Augustinópolis, localizada na microrregião região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins, Brasil. Augustinópolis possui uma extensão territorial de 394,976 km², com uma estimativa populacional de 15.950 habitantes (IBGE, 2010). O estado do Tocantins dispõe de 6 (seis) Secretarias Regionais de Ensino Juventude e Esporte (SEDUC), a

Regional de Araguatins localizada na microrregião Bico do Papagaio, atendendo as escolas da rede estadual, municipal, federal e privada da região. A escola analisada pertence a SEDUC da regional de Araguatins.

Ressalta-se que no ano de 2019 o município ofereceu educação básica das séries finais em apenas duas escolas no setor urbano, uma com ensino integral e profissionalizante e outra com ensino regular. Em virtude de os profissionais da educação estarem em período prolongado no ambiente de trabalho e com maior contato ao alunato, optou-se em analisar as intercorrências à saúde vivenciadas pelos servidores da escola que atende o ensino integral e profissionalizante, pois acredita-se que estes profissionais possam estar submetidos a maior sobrecarga de trabalho e estresse.

A unidade estudada conta com um total de 59 servidores, todavia, a composição da amostra do estudo foi de 41 servidores, foram excluídos da pesquisa os profissionais auxiliares de serviços gerais, merendeira e vigias. Dentre os 41 servidores 26 correspondem a professores (16 contratados e 10 efetivos), os demais desenvolvem suas atividades nos setores administrativos, sendo divididos da seguinte forma: 03 na secretaria, 03 no financeiro, 04 na coordenação pedagógica, 02 na orientação pedagógica e 03 na biblioteca.

Assim, inicialmente foi solicitado ao gestor da unidade a autorização para pesquisa, diante do Termo de Autorização Institucional, bem como solicitou-se o relatório anual do quantitativo de atestados médicos entregue pelos servidores de janeiro a dezembro de 2019, por categoria profissional e por Classificação Internacional da Doença (CID), para a então análise documental. Não foi acessada a identidade dos servidores, classificando-os pelos seus respectivos exercícios na unidade.

Após o consentimento da pesquisa e acesso ao relatório, foram extraídas as informações dos relatórios, avaliadas e tabuladas no *Microsoft Excel*10. Em seguida, os dados foram apresentados em quadro, evidenciado os achados da pesquisa de forma correspondente aos objetivos propostos e discutidos com a literatura.

Vale ressaltar que durante a análise documental observou-se que alguns dos servidores que entregaram atestados não possuíam CID, já que não é obrigatório o mesmo para abono de faltas, sendo nestes casos apenas contabilizado o número de atestados entregues. Observou-se uma similaridade entre o CID dos servidores, por isso optou-se por não se repetir na tabela CID similares entre profissionais que desempenharam a mesma função, destaca-se ainda que não foram contabilizados atestados com o CID 10Z76.3, tendo em vista que está relacionado ao acompanhamento e/ou pessoa doente.

Resultados e discussões

Neste tópico encontram-se os achados da pesquisa, neste ver-se as intercorrências que acometem a saúde dos profissionais da educação de uma escola pública localizada no interior do Tocantins, região Norte do país. O Quadro 1 exhibe as intercorrências vivenciadas pelos trabalhadores da escola em estudo.

Quadro 1. Caracterização das principais intercorrências a saúde dos profissionais da educação básica de uma escola do município de Augustinópolis de janeiro a dezembro de 2019.

Função do Profissional	N. de Atestados	N. de profissionais	Classificação da doença
Professor (a)	40	15	LCS- Licença para cuidados a saúde
			CID 10 O00. 1 Gravidez tubária
			CID 10 O00.9 Gravidez ectópica
			CID 10 R49. 0 Disfonia
			CID 10 Z01.4 Exame ginecológico
			CID 10 K29.0 Gastrite hemorrágica aguda
			CID 10 N73.8 Outras doenças inflamatórias especificadas da pelve feminina.
			CID 10 Z76. 9 Pessoa em contato com serviços de saúde em circunstâncias não especificadas
			CID 10 H52. 1 Miopia
			CID 10 H10.0 Conjuntivite mucopurulenta.
			CID 10 R07.2Dor precordial
			CID 10 I11.9Doença cardíaca hipertensiva sem insuficiência cardíaca (congestiva).
			CID 10 R53 Mal estar, fadiga
			CID 10 J03.9 Amigdalite aguda não especificada.
			CID 10 R60 Edema não classificado em outra parte
			CID 10 K118 Outras doenças das glândulas salivares
			CID 10 - Z00 Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado
CID 10 Z34 Supervisão de gravidez normal			
CID 10 A09 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível			
CID 10 S92.2 Fratura de outros ossos do tarso			
CID 10 K01.1 Dentes impactados			
Coordenador (a)	14	4	CID 10 F41. 1 Ansiedade generalizada
			CID 10 Z34 Supervisão de gravidez normal
			CID 10 J06 9 Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada
			CID 10 I10 Hipertensão essencial (primária)
			CID 10 I11 Doença cardíaca hipertensiva
			CID10 A09 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível
CID 10 Z01.0 Exame dos olhos e da visão			
Bibliotecário (a)	4	1	LTS Licença para tratamento de saúde
			CID 10 M23.5 Instabilidade crônica do joelho

Fonte: Relatório de atestados médicos da Escola do Município de Augustinópolis- TO, 2020.

Pode-se observar no Quadro 1, que dentre os diversos profissionais que prestam serviços a unidade, apenas três grupos específicos apresentaram atestado no ano de 2019, sendo eles: professores, coordenadores e bibliotecários; excluindo, portanto, os profissionais da secretaria, do financeiro e da orientação pedagógica.

Assim, inicialmente observa-se dentre os 41 servidores avaliados 20 entregaram atestado médico, o que significa dizer aproximadamente 50% dos profissionais precisaram de alguma assistência médica no ano de 2019. Neste período foram entregues 58 atestados, destes 40 (68,87%) foram de professores e 18 (31,03%) foram dos profissionais dos setores administrativos da educação, respectivamente apenas a coordenação com 14 atestados (24,14%) e a biblioteca com 4 (6,90%).

Dessa forma, pode-se constatar que há predominância de problemas de saúde vivenciados pelos docentes, expressados em 68,87% atestados apresentados. Paralelo ao quantitativo de docentes, nota-se que dos 26 professores, 15 apresentaram atestado, correspondendo a 57,69% da amostra.

Silva e Guillo (2015) descrevem que o trabalho desenvolvido na educação básica gera aos servidores sobrecarga de trabalho e as condições inconsistentes oferecidas para o desenvolvimento de suas práticas são fortes determinantes para o surgimento de interferência à saúde dos profissionais da educação, especialmente de professores, que lidam cotidianamente em um ambiente que precariza sua condição física e emocional.

Além disso, outro grupo que se destacou na pesquisa foram os coordenadores, pois ao se relacionar o número de atestados apresentados com o número de coordenadores, observa-se que 100% destes precisaram de cuidados médicos e que o total de 14 atestados foram distribuídos apenas entre 4 profissionais. Esse aspecto torna oportuno a reflexão sobre as condições de trabalhos impostas aos mesmos.

Por outro lado, verifica-se que um único servidor da biblioteca apresentou atestados, e este entregou 04. No estudo Araújo (2018) foi constatado que os profissionais da coordenação pedagógica desempenham seu exercício de maneira desvalorizada e sobrecarregada, executando atividades que ultrapassam e/ou desviam de suas funções para alcance das metas impostas. Logo, ver-se que a desvalorização desses profissionais e a cobrança intensa podem em muito interferir na saúde, fato que foi observado na pesquisa.

É válido destacar também, que no setor da educação frequentemente os profissionais são remanejados em suas funções, devido ao surgimento de limitações impostas pelas adversidades à saúde e à idade avançada, essas limitações interferem tanto no exercício da prática docente quanto na própria qualidade de vida dos trabalhadores, fato que justifica a necessidade de remanejamento para setores que possuam menor cobrança e sobre-esforço. A biblioteca por exemplo é um setor comumente utilizado para esses fins, logo, grande parte dos profissionais que exercem suas funções nela estão com idade avançada e/ou vivenciam algum problema de saúde.

Palacios e Fleck (2014) afirmam que é frequente nos setores, público e privado, as situações de professores que vivenciam problemas de saúde, em especial, de origem psicológica, logo, na existência de tais problemas faz-se necessário a licença ou aposentadoria dos profissionais.

Ao se analisar as classificações das doenças apresentadas nos atestados pelos CID's, foi possível identificar que há uma diversidade entre as doenças levantadas. Todavia, observa-se que há uma relação entre os problemas. No grupo de professores, constatou-se os seguintes: problemas associados a gravidez e ao sistema reprodutor (gravidez tubária, gravidez ectópica e doenças inflamatórias específicas da pelve feminina); problemas de função cardiovascular (dor precordial, doença cardíaca hipertensiva sem insuficiência cardíaca e edema); problemas de funções gastrointestinais (gastrite hemorrágica aguda, amigdalite aguda não especificada, doença das glândulas salivares, diarreia e gastroenterite de origem não infecciosa presumível); problemas de função oftálmica (miopia e conjuntivite mucopurulenta); a fala (disfonia), ao sistema osteoarticular (fratura de outros ossos do tarso e dentes impactados) e as funções gerais (mal estar, fadiga), além de exames realizados para o acompanhamento da saúde e cuidados com a gravidez.

Em concordância, Valle e Campos (2017), ao descreverem sobre as doenças ocupacionais em professores, constataram que 57,89% dos docentes possuem doenças ocupacionais, sendo que 22,8% são problemas ortopédicos, o que pode ser justificado pelos riscos ergonômicos da profissão, 19,29% são problemas de saúde mental, que pode ser explicado pelo frequente estresse e sobrecarga de trabalho, 8,8% são problemas na voz, que se deve ao uso intenso da fala, enquanto que 7% são problemas cardiovasculares, que possivelmente esteja relacionado ao déficit ou inexistência de práticas de atividade física, lazer, alimentação saudável e outros.

As atividades cotidianas realizadas por docentes são esgotantes e devido à desvalorização salarial da profissão, um número significativo de professores precisam trabalhar em duas ou mais instituições na tentativa de uma melhor condição financeira, essa situação coloca-os em maior vulnerabilidade quanto ao surgimento de problemas psicológicos e sociais, suscitando no surgimento de doenças (PALACIOS; FLECK, 2014). Somado a esta problemática, a baixa remuneração salarial de professores desestimula-os da carreira docente, logo com a deficiência de docentes nesse espaço, há uma sobrecarga física, psicológica e emocional nos professores que estão em exercício (SILVA; GUILLO, 2015).

Nos profissionais da administração os problemas observados foram os cardiovasculares (hipertensão essencial e doença cardíaca hipertensiva), psicológico (ansiedade generalizada), respiratórios (infecção aguda das vias aéreas superiores), gastrointestinais, oftálmicos, osteoarticular (instabilidade crônica do joelho), cuidados com a gravidez e licença para tratamento da saúde.

De maneira geral, observa-se que os profissionais da unidade apresentam problemas semelhantes, predominantemente relacionados a gravidez, tanto para o cuidado as intercorrências, como para acompanhamento sem adversidades. Os demais problemas foram os cardiovasculares, gastrointestinais, osteoarticulares, oftálmicos, na fala e psicológicos, demonstrando uma similaridade entre a literatura levantada.

A evidência de tais problemas, faz-se refletir quanto ao planejamento familiar dos servidores, uma vez que este é fundamental para que os processos atrelados a gravidez ocorram em boas condições a saúde de modo a não interferir no projeto de vida dos mesmos, faz-se pensar também sobre o estresse e a pressão psicológica imposta para execução das atividades vivenciadas por esses profissionais, seguida da ausência ou insuficiência de atividades de lazer e prática de atividade físicas que podem ser potenciais determinantes ao surgimento de problemas cardiovasculares e psicológicas. Além disso, a incidência de problemas gastrointestinais, osteoarticulares, oftálmicos e na fala, podem ser justificados, pela inadequada alimentação, a sobrecarga de peso, o uso excessivo da fala e o uso excessivo da visão.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou as principais intercorrências acometidas à saúde dos profissionais da educação básica de uma determinada escola pública de Augustinópolis/TO. Constatou-se que as principais doenças vivenciadas pelos profissionais da educação foram relacionadas à gravidez, ao comprometimento da função cardiovascular, gastrointestinal, osteoarticular, oftálmica e psicológica.

Notou-se que as doenças apresentadas possuem forte relação com os riscos as atividades desenvolvidas no trabalho, como também possuem similaridade com os estudos levantados pela literatura, enfatizando que as doenças ocupacionais associadas aos servidores da educação ainda que já evidenciadas por outros estudos mentem-se presentes hodiernamente.

Verificou-se que quase 50% dos profissionais precisaram de cuidados médicos, assim, ao se analisar a categoria profissional que mais apresenta intercorrência a saúde, fica nítido que professores enfrentam maiores adversidades a saúde, correspondendo a 68,57% dos atestados entregues, seguido dos coordenadores (24,14%) e bibliotecário (6,90%), fato que demonstra a vulnerabilidade acentuada entre esses profissionais em suas práticas laborais, principalmente entre professores e coordenadores, já que 100% dos coordenadores precisaram de cuidados médicos.

Diante dos resultados apontados na pesquisa, considera-se fundamental a implementação de políticas voltadas a saúde dos profissionais da educação, de forma que estas sejam direcionadas a promoção de saúde e prevenção de doenças e de agravos comumente vivenciados por esses profissionais.

Além disso, cabe destacar que a desvalorização profissional na educação veemente exposta na literatura é um forte determinante para o surgimento de doenças, o que demonstra a tamanha necessidade de sensibilização dos atores sociais e políticos na reversão desse triste cenário no qual a educação debruça-se.

Por fim, observou-se que na grande maioria dos estudos analisados, há uma predominância direcionada aos professores que de fato são os mais impactados no ambiente de trabalhado como

demonstra a pesquisa, todavia, ver-se-á necessidade de uma atenção especial para os profissionais da administração, em virtude do número de atestados que foram entregues e as doenças observadas pelos coordenadores consonantes à sobrecarga de responsabilidades e atividades frequentemente vivenciada por eles.

Referências

ARAÚJO. R.T. Desafios da ação pedagógica: as funções do coordenador pedagógico. **RTN**, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/6174/5/DesafiosA%C3%A7%C3%A3o_artigo_2018.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

BATISTA, J. B; CARLOTTO, M. S; COUTINHO, A. S; AUGUSTO, L. G. Prevalência da síndrome de *Burnout* e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. **Rev Bras Epidemiol** 2010; 13(3): 502-12 Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n3/13.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa no Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:18 jan. 2020.

CARLOTTO, M. S; CÂMARA, S. G. Síndrome de Burnout: uma doença do trabalho na sociedade de bem-estar. **Aletheia**, n.25, p.202-203, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a16.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CRUZ, R. M; LEMOS, J. C; WELTER, M.M; GUISSO, L. Saúde docente, condições e carga de trabalho. **Revista electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 4 julio, 2010,147-160. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/1024/863>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FAROTTINI, C. D; LUCENA, C. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.1, n.2, mai.- ago. 2015, p.32- 47. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2779-1452556088.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERREIRA, M.C; FERREIRA JUNIOR, A. Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 517-520, jul./dez. 2012.Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/226/414>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GASPARINI, S.M; BARRETO, S. M; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2>. Acesso em: 17 jan. 2020.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 1, n.2, p. 161-171, 2016. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347>. Acesso em: 17 jan. 2020.

GOUVÊA. L. A. V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate** | rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, OUT-DEZ 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0206.pdf>. Acesso em:18 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Augustinópolis, Tocantins**. 2010. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/augustinopolis/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LAROCCA, P; GIRARDI, P. G. Trabalho, satisfação e motivação docente: um estudo exploratório com professores da educação básica. **X Congresso Nacional de Educação- EUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5429_2605.pdf. Acesso em: 19 Jan. 2020.

MARCHETTI, J.R; BUSNELLO, G. F; KOLHS, M. Agravos à saúde do professor relacionado ao trabalho: revisão de literatura. **Revista UNINGÁ**, Vol.25, n.3, pp.71-74 (Jan-Mar 2016). Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1782/1388>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PALACIOS, R. A; FLECK, C. F. Docente ou doente: como fica a rotina dos profissionais da educação com o crescente adoecimento emocional? **Trabalho necessário**, V.18, nº 36 - 2020 (maio-ago), 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42815/24114>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ROCHA, C. C. Adoecimento de professores/as: o processo e o contexto pós-readaptação funcional. In: **Formação de professores e a condição do trabalho docente 2**. Organização JUSTUS; Michéle Barreto. Ponta Grossa. PR, Ed. Atena, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/07/E-BOOK-Formacao-de-Professores-e-a-Condicao-do-Trabalho-Docente-2.pdf>. Acesso em 24 fev. 2020.

SANTANA, F. A. L; NEVES, I. R. Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras. **Saúde Soc. São Paulo**, v.26, n.3, p.786-797, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n3/0104-1290-sausoc-26-03-00786.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SILVA, M.P.G.O. A silenciosa doença do professor: burnout, ou o mal estar docente. O **Projeto do Prêmio Inovação em Gestão Educacional**, edição 2011. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1464-161-454-1-sm/file>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SILVA, R. A. O; GUILLO, L. A. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do Sudoeste Goiano. **Revista eletrônica da pós-graduação em Educação**, UFG, Regional Jataí. v.11, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/36845>. Acesso em: 17 jan. 2020.

VALLE, G. K.G; CAMPOS, M. C. T. Doenças ocupacionais em professores de escola de ensino infantil e de estimulação precoce no Distrito Federal. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/21089/1/2017_GabrielaKneippGuimaraesDoValle_tcc.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

WEBBER, D. V; VERGANI, V. A profissão de professor na sociedade de risco e a urgência por descanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral. Trabalho publicado nos **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE** nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3122.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

Recebido em 30 de maio de 2020.
Aceito em 14 de fevereiro de 2022.